

Estratégias dos Movimentos Sociais em face à Conjuntura Neoliberal. O MST e o Cristianismo da Libertação.

LUCÍ FARIA PINHEIROⁱ

Resumo

Analisamos alguns elementos do processo de construção coletiva, através de movimentos sociais, no curso do capitalismo em sua fase de globalização. Aproxima-se a perspectiva “ecossocialista”, que permite qualificar a relação entre o presente objeto e as dimensões sociais da questão ambiental. Espera-se contribuir com o debate sobre algumas peculiaridades e potencialidades a serem consideradas na construção de um novo projeto societário na América Latina. As novas expressões desta fase radical do capitalismo, de uma velocidade descontrolada do ritmo de trabalho necessário à sobrevivência humana, exigem uma atitude coletiva diferente do passado. A ênfase é dada a dois movimentos que nascem no Brasil, tendo como referência a América Latina, a exemplo do Movimento Sem Terra e do “Cristianismo da Libertação”, este através dos encontros nacionais de Fé e Política.

A Conjuntura dos Anos 90 e o Movimento Sem Terra.

A natureza ética dos movimentos sociais reivindica o aprofundamento de alternativas societárias, formando um embate de forças que interferem no curso da ética capitalista, onde o mercado é o sujeito. A questão ambiental é entendida como um imperativo ético e uma alternativa econômica aos excluídos dos bens necessários à sobrevivência, como a terra e as novas tecnologias. Para se entender e explicar os caminhos seguidos pelo MST a partir dos anos 90 é necessário lembrar suas relações com a realidade fundiária no contexto da industrialização da economia e da guerra fria, assim como, as transformações advindas com a globalização e a formação dos grandes blocos econômicos.

O MST nasce no início da década de 80, como uma forma coletiva de enfrentamento do problema da exclusão social e expulsão violenta do campo. Neste processo de organização participou ativamente a CPT (Comissão da Pastoral da Terra), através de aprofundamentos desta realidade específica, denúncias públicas e assistência técnica às vítimas. Estabelecendo ocupações de propriedades em conflito com a lei e ou improdutivas como instrumento de luta, os trabalhadores passam a viver em acampamentos e a conviver com a insalubridade, a falta de escola, a falta de atendimento médico e frente às ameaças permanentes de jagunços. Esse movimento renova suas lutas ao perceber que a globalização destrói alternativas econômicas regionais e domina, em nome do mercado financeiro, a produção agrícola.

Entre as estratégias de renovação do MST, em face à conjuntura mencionada, há as experiências agroecológicas e as interlocuções com as lutas sociais urbanas no Brasil e na América Latina. Seu esforço de formação dos militantes é um dos avanços observados, que produz parcerias com o sistema de universidades públicas no Brasil, de modo a oferecer uma formação mais adequada à realidade dos militantes. O último congressoⁱⁱ nacional do MST teve uma participação de 20.000 delegados. O 5º Congresso Nacional foi marcado por um reconhecimento da importância da participação feminina, associando a formação da infância dos sem terra, a exemplo da então criada Escola Itinerante Paulo Freire, que acolhia em regime integral as 1400 crianças das delegadas. Quanto aos desafios e estratégias, o Congresso afirma: uma responsabilidade com a formação de uma unidade entre as forças progressistas; a elaboração de um projeto popular alternativo para o país; a potencialização da capacidade de fazer luta social, dando um caráter de massa às lutas por reforma agrária; uma formação política que reconheça os problemas na sociedade e aponte alternativas; um aprofundamento da autonomia política e econômica do movimento.

Um instrumento cotidiano de sobrevivência do movimento que articula necessidades e projetos sociais são os experimentos em agroecologia. Neste sentido, a teoria é reivindicada na



orientação de uma prática transformadora, encarando o desafio da relação entre teoria e ação, o que coloca o movimento de frente para a necessidade de uma política de investimentos em pesquisa e acesso a tecnologias inovadoras. Este é um dos grandes avanços a considerar no MST entre o seu passado restrito às reivindicações e o presente. As experiências em agroecologia, educação, organização popular, promoção social ou desenvolvimento sustentável formam uma espécie de laboratório necessário à sobrevivência e autonomia das famílias que compõem o movimento. É, portanto, necessário transformar em ação, cujas lições servem de reflexão a um socialismo contemporâneo.

Tais experiências configuram, por outro lado, as formas de renovação do movimento, rompendo com a aparente fragmentação do cotidiano e o falso pragmatismo das estratégias políticas. São estes, mecanismos autênticos e autônomos dos meios populares ao enfrentamento dos impasses da democracia formal. As diferentes fases históricas do MST são marcadas por um resgate das devidas articulações e filiações culturais ou teórico-ideológicas, realizadas no tempo e no espaço. Contudo, as estratégias mais recentes avançam em consonância com o aprofundamento e ampliação da dinâmica do capital. É importante levantar a idéia segundo a qual a radicalização democrática expressa por Coutinho (1992), Mézaros (2007), Amim (2005) e Löwy (2004), não consiste em experiências isoladas, mas sim na universalização das mesmas se os resultados forem igualmente entendidos como alternativas para os necessitados do planeta. É seguro que as experiências do MST são insuficientes para alterar a natureza do Estado, mas são necessárias ao combate da sua face que legitima o movimento devastador dos direitos sociais.

O Movimento dos Cristãos e os Encontros Nacionais de Fé e Política

Há uma série de elementos novos na tendência dos movimentos sociais, dentre os quais a convergência entre o movimento dos cristãos e o MST, entendida como uma das fontes de renovação e articulação das lutas sociais. Os mediadores têm uma particularidade do desenvolvimento das mesmas, onde os cristãos aparecem como parte de um novo sujeito social na configuração dos movimentos das esquerdas na América Latina. Trata-se de um movimento histórico originado no marco do processo de luta por democracia no referido continente.

O Movimento Nacional de Fé e Política figura nos anos 90 como uma estratégia de intelectuais militantes da teologia da libertação, que em face à crise do ideário socialista e suas repercussões sobre os movimentos sociais, procuram alternativas de renovação. O movimento é uma das estratégias de alimentação da espiritualidade de um número inestimável de militantes presentes em todo o território brasileiro. Organizando-se em rede, o movimento articula-se no cotidiano de forma qualitativa, desenvolvendo uma práxis importante em defesa dos direitos sociais. A polêmica é uma das características dos encontros nacionais de Fé e Política, dada à historicidade de suas implicações com o Partido dos Trabalhadores, o qual ao chegar ao governo federal não consegue mais expressar o desejo de suas bases. A autonomia do movimento se afirma a medida em que tais contradições são enfrentadas, possibilitando uma redefinição de caminhos, a cada encontro bi-anual.

Tomou-se como objeto de análise os encontros nacionais realizados respectivamente em 2004, em Londrina e em 2007, em Nova Iguaçu. Estes são partes de uma construção político-religiosa e social cujas raízes se encontram na década de 60, no processo de formação de uma cultura democrática onde a resistência às ditaduras militares no continente é uma referência. O movimento estende-se aos dias atuais, num contexto polêmico de necessária consolidação da democracia, impulsionada pela hegemonia do ideário neoliberal, introduzido no Brasil nos anos 90, através de reformas neoconservadoras.

O compromisso histórico da CPT com as causas dos trabalhadores rurais afirma o papel de um dos protagonistas dos encontros nacionais. Estes se realizam auxiliados por lideranças públicas vinculadas ao PT, muitas vezes cristãs empenhadas em gestões públicas conquistadas nas disputas eleitorais. O MST é uma expressão do caráter combativo e ao mesmo tempo popular, do Cristianismo da Libertação.



O Movimento Nacional de Fé e Política resgata, fortalece e dá ênfase à espiritualidade do militante, enquanto estratégia dos cristãos para alimentar as lutas coletivas. Os encontros têm a função de ancorar as lideranças identificadas num cristianismo original, tendo escolhido, em 2007, a América Latina como base territorial de suas preocupações. Este movimento tem como fonte historicamente determinada, um projeto popular de desenvolvimento da democracia no Brasil, no qual não se pode subestimar a força do Partido mencionado. Em síntese, o movimento representa uma culminância da crise da democracia no Brasil, onde os partidos deixam à deriva os movimentos sociais. Estes são reduzidos à função de mediadores, quando deviam constituir o centro das preocupações políticas.

Foi realizado um total de seis encontros nacionais, compreendendo a participação de milhares de pessoasⁱⁱⁱ. A adesão dos governos locais estimula os militantes, devido à popularidade e interlocução com os movimentos populares. Além disso, a participação depende do grau de engajamento da diocese na organização de base, a exemplo daquelas da Baixada Fluminense (2007) e de Goiânia (2003). Portanto, o fenômeno de uma tamanha participação tem ainda relação com o desenvolvimento de uma nova tradição política no Brasil. Há que se considerar que os partidos políticos são mediadores importantes deste avanço democrático, após os anos 80. Outro articulador fundamental tem sido a igreja católica, que desde os anos 60 vem, através da CNBB (Comissão Nacional dos Bispos do Brasil) e do CELAM (Comissão Episcopal latino-americano), dos movimentos de juventude, assim como, das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), da CPT e outras pastorais sociais, contribuindo com a mobilização e a conscientização dos setores populares. Todos estes movimentos se ramificaram alimentando e reproduzindo uma nova cultura política formada no cotidiano das organizações populares.

Em síntese, embora as condições atuais não sejam favoráveis ao socialismo, há novas formas de pensar engendradas a partir das contradições do capitalismo. A concepção do MST na atualidade é resultado de condições específicas, a exemplo de derrotas consecutivas, de auto-superação, assim como, de um conseqüente esvaziamento da democracia no Brasil. A capacidade de ampliar e articular lutas específicas com outras organizações populares, em condições desfavoráveis, representa a necessidade de aprofundamento de modelos de socialização no continente. Neste sentido, o caráter “ecossocialista” de tais experiências nasce não somente da consciência sobre a ameaça que a degradação do meio ambiente informada por uma mobilização em escala planetária. Esta consciência é, ao mesmo tempo, operante nas lutas pela terra, na renovação de uma consciência sobre a importância das experiências coletivas - agroecológicas, educativas, políticas e econômicas – articuladas às necessidades e as ações de reprodução dos trabalhadores em conjunturas de crise.

Outro elemento a resgatar é que nos limites de uma articulação com outras forças políticas no Brasil, América Latina e Caribe, o MST não apenas luta pela consolidação de direitos sociais específicos, como também contribui através da crítica aos limites da democracia burguesa, para a radicalização da democracia. Neste sentido, o seu caráter “ecossocialista” se expressa como uma busca de fundamentos em Marx para pensar um socialismo contemporâneo. O ecossocialismo representa deste modo, um novo movimento que não sobrevive isolado dos demais, emergente em face a uma necessidade constatada.

O Movimento Nacional de Fé e Política no Brasil é uma das estratégias de sobrevivência não apenas da política, mas também da fé na emancipação social. A universalidade das causas da teologia da libertação é o elemento desencadeador de uma articulação com as dinâmicas coletivas dos trabalhadores, se identificando no âmbito das forças políticas e culturais novas e específicas a serem consideradas entre as potencialidades de base material para a construção de um socialismo contemporâneo.

Outra idéia conclusiva é que os movimentos sociais apresentam, nos anos 2000, novas características resultantes dos anos 90, não se condicionando aos apoios políticos, pensam alternativas globais; e tem como referência territorial os continentes tradicionalmente dominados



pela política econômica do centro do Capital. Afirmam afinidades históricas e culturais importantes na construção de um projeto coletivo, voltado para a realidade e a soberania dos povos, de modo a superar a retórica da democracia formal e avançar na realização desta esfera constitutiva da emancipação social.

ⁱ Doutora em Antropologia e Sociologia Política. Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil.

ⁱⁱ Congressos Nacionais de MST: 1º Congresso Nacional (Curitiba/1985), tema: “Ocupação é a única solução”; 2º Congresso Nacional (Brasília/1990), tema: “Ocupar, Resistir, Produzir”; 3º Congresso Nacional (Brasília/1995), tema: “Reforma Agrária, uma luta de todos”; 4º Congresso Nacional (Brasília/2000), tema: “Por um Brasil sem Latifúndio”; 5º Congresso Nacional (Brasília/2007), tema: “Reforma Agrária: Por Justiça Social e Soberania Popular”.

ⁱⁱⁱ Encontros Nacionais de Fé e Política: Santo André – SP (2 e 3/12/2000), 3000 inscritos, tema: “Mística da militância”; Poços de Caldas – MG (2002), 4000 inscritos, tema: “Razões da nossa esperança”; Goiânia – GO (20 e 21/09/2003), 6000 inscritos, tema: “Conquistar a terra prometida”; Londrina – PR (11 e 12/12/2004), 3000 inscritos, tema: “Utopias da Fé”; Vitória – ES (11 e 12/03/2006), 4000 inscritos, tema: “Profetismo no Exercício do Poder”; Nova Iguaçu – RJ (10 e 11/11/2007), 5000 inscritos, tema: “Pelos caminhos da América Latina, uma nova Terra”.

